



Intervenção do Ministro de Estado e das Finanças na Comissão Eventual de Acompanhamento das Medidas de Assistência Financeira da Assembleia da República

12 de junho de 2012

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

1. Avaliação do quarto exame trimestral do Programa de Ajustamento

Concluiu-se no passado dia 4 de junho, o quarto exame trimestral do Programa de Ajustamento, pela Comissão Europeia, Fundo Monetário Internacional e Banco Central Europeu. A avaliação cobriu os três pilares do Programa:

- 1) consolidação orçamental;
- 2) diminuição do endividamento da economia e estabilidade do sistema financeiro; e
- 3) transformação estrutural visando criar condições para a competitividade da economia e para o crescimento sustentável e para a criação de emprego.

De acordo com a avaliação dos nossos parceiros internacionais, o Programa continua a ser cumprido. Foram atingidos todos os indicadores quantitativos e estruturais. Consequentemente será recomendada pelas instituições internacionais envolvidas a disponibilização da 5ª tranche do financiamento do Programa no montante de 4,1 mil milhões de euros. Estes 5 primeiros desembolsos totalizam cerca de 75% dos recursos financeiros totais previstos no Programa.

2. Desenvolvimentos macroeconómicos

A atividade económica nestes meses passados superou as previsões do Programa. Em 2011 o PIB diminuiu 1,6%, o que compara com 2,2% inicialmente previstos. No primeiro trimestre de 2012 a atividade económica verificou uma queda em cadeia de 0,1% que compara com quedas previstas de cerca de 1,4% na terceira avaliação regular e de 1% nas previsões da primavera da Comissão Europeia. Este comportamento reflete em particular o crescimento superior ao esperado das exportações, que mais que compensou a queda da procura interna. Tem-se, assim, verificado uma rápida redução do desequilíbrio externo.

As projeções macroeconómicas do quarto exame apontam para a continuação deste processo. Espera-se agora uma recessão menos pronunciada em 2012 (3% de queda face



a 3,3% na terceira avaliação) e uma recuperação ligeiramente menor em 2013 (crescimento de 0,2% face a 0,3% na terceira avaliação). Estas projeções refletem a atualização da informação mais recente relativamente à atividade económica nacional e uma revisão em baixa da perspetiva para a procura externa. As necessidades de financiamento externo da economia portuguesa deverão continuar a reduzir-se para 2,7% do PIB este ano e para 2,2% em 2013.

A evolução e perspetivas do desemprego são motivo de preocupação. A taxa de desemprego deverá atingir valores na ordem dos 15.5% em 2012 e 16% em 2013.

Desde 2010 que o aumento de desemprego tem ultrapassado o que seria de esperar tendo em conta a evolução da atividade económica. Este fenómeno não é único a Portugal, sendo também observado em muitos países da UE e nos EUA.

A evolução do mercado de trabalho estará a refletir:

- (i) O forte agravamento do desemprego estrutural decorrente dos efeitos de amplificação de elementos de rigidez no mercado de trabalho no contexto de uma recessão profunda;
- (ii) O vigor e velocidade de ajustamento em condições de pressão para corrigir rapidamente os níveis de sobre-endividamento das empresas;
- (iii) O processo de ajustamento estrutural com transferência de recursos dos sectores não transacionáveis para os sectores transacionáveis da economia.

A situação do mercado de trabalho justifica medidas políticas decisivas. A revisão do Código Laboral e a agenda de transformação estrutural deverão contribuir para a criação de emprego no médio prazo. Estamos a criar as condições para tornar o nosso mercado de trabalho mais flexível com medidas como o banco de horas ou a restrição das extensões de acordos coletivos de trabalho. No entanto, a evolução recente do desemprego torna premente a tomada de medidas que permitam resultados num prazo mais curto. Neste contexto, temos vindo a pôr em prática políticas ativas de emprego com particular enfoque no emprego jovem. Estamos ainda abertos para considerar outras medidas que diminuam os custos de trabalho para segmentos identificados do mercado laboral.

3. Consolidação orçamental

Cumprimos, pela quarta vez consecutiva, os limites quantitativos trimestrais para o défice orçamental e para a dívida pública, assim como o critério indicativo de não acumulação de pagamentos em atraso externos. Contudo, o critério indicativo de não acumulação de atrasos nos pagamentos internos não foi observado.

A execução orçamental mantém-se em linha com os objetivos para 2012. De acordo com as estimativas do Ministério das Finanças, confirmadas neste exame, é viável respeitar o limite de 4,5% do PIB para o défice orçamental em 2012.



A execução orçamental está em linha com os objetivos para o ano. No entanto, foram identificados riscos orçamentais associados à execução do Programa. Por um lado, o aumento do desemprego continuará a pressionar as contas da segurança social. Por outro lado, a evolução do produto interno bruto está a revelar uma composição menos favorável à execução fiscal. A contração da procura interna mais pronunciada que o esperado e o forte crescimento das exportações tem como consequência uma menor receita de impostos indiretos. Estes desenvolvimentos poderão ser compensados por poupanças obtidas na reprogramação estratégica de fundos comunitários e nos pagamentos líquidos de juros. Será, também, fundamental assegurar uma rigorosa execução orçamental para potenciar poupanças adicionais, em particular através da contenção da despesa.

Gostaria ainda de assinalar que durante o primeiro ano do Programa, o Estado conseguiu financiar-se a prazos cada vez mais longos e com taxas de juro mais baixas que o inicialmente esperado. Conseguimos emitir Bilhetes do Tesouro a 18 meses, prazo no qual o financiamento do Tesouro não está totalmente garantido pelo Programa. Iremos prosseguir este processo de reconstrução, passo-a-passo, da curva de rendimentos.

A consolidação orçamental tem sido acompanhada de uma profunda reforma das finanças públicas de forma a garantir que os ganhos do ajustamento são persistentes e duráveis. A Lei dos Compromissos continuará a ser executada a todos os níveis da Administração Pública. Uma parte significativa dos pagamentos em atraso será reduzida no terceiro trimestre deste ano no âmbito dos programas de pagamentos das dívidas do sector da saúde e das administrações local e regional. Estes pagamentos permitirão aumentar a liquidez na economia, melhorando as condições financeiras gerais.

Até ao final do mês será concluída a proposta de lei com o novo regime jurídico do Setor Empresarial do Estado. Quanto às Parcerias Público-Privadas, o estudo encomendado para avaliação dos contratos estará concluído até ao final deste mês. Após a sua publicação, estaremos em condições de avançar com o processo de renegociação dos contratos.

4. Estabilidade financeira

No que diz respeito ao pilar financeiro, ao longo do último ano foram tomadas várias medidas que contribuem para a estabilidade financeira e para criar um enquadramento mais favorável ao financiamento da economia.

Uma das principais medidas tomadas nesta quarta avaliação foi o aumento de capital da Caixa Geral de Depósitos, do Banco Comercial Português e do Banco BPI. Nos casos do BCP e do BPI, os fundos são provenientes do mecanismo de apoio à solvabilidade bancária. Estes bancos estarão assim em condições de cumprir as metas de capital estabelecidas pela Autoridade Bancária Europeia, tendo em conta a transferência parcial dos fundos de pensões, os resultados do programa de inspeções especiais e a margem de segurança relacionada com a exposição à dívida soberana. Uma vez concluídas estas operações de aumento de capital, os bancos em causa serão dos mais bem capitalizados da Europa. Os bancos portugueses ficam assim numa posição favorável para conceder



crédito aos sectores mais produtivos da economia portuguesa. Estão também criadas as condições para melhorar a liquidez dos bancos e da economia em geral. Por um lado, as decisões de política monetária do BCE no final de 2011 permitiram melhorar substancialmente a posição de liquidez dos bancos. Por outro, no âmbito da operação de transferência dos fundos de pensões dos bancos, serão feitos pagamentos de dívida das administrações públicas (designadamente da saúde e da administração local e regional) que permitirão injetar liquidez noutros sectores da economia. Adicionalmente, o Banco de Portugal irá desenvolver iniciativas para desencorajar a prática de os bancos protegerem empresas insolventes através da renovação sucessiva de crédito. O objectivo é que os bancos deixem de direccionar fundos para projetos e empresas inviáveis e os canalizem para os sectores mais produtivos da economia.

5. Transformação estrutural

Um pilar central do nosso Programa é a agenda de transformação estrutural. As reformas em curso permitirão criar condições para garantir o crescimento económico sustentado e promover a criação de emprego.

No mercado de produto, continuamos a reduzir as rendas excessivas das indústrias de rede e setores não-transacionáveis. Daremos seguimento ao novo quadro institucional das profissões reguladas e, simultaneamente, continuaremos com a transposição das diretivas de serviços e qualificações.

Estamos também a tomar um conjunto de medidas no sentido de aumentar as condições de desenvolvimento da atividade empresarial. Como exemplos salienta-se a entrada em vigor da nova Lei da Concorrência no início de julho, o acordo para estender o «licenciamento zero» às empresas industriais até junho de 2013 e a aprovação recente da nova Lei do Arrendamento. No sistema judicial, prosseguiremos com a reforma do mapa judicial e trabalharemos na redação de um novo Código de Processo Civil.

Por fim, continuaremos com o programa de privatizações, que tem demonstrado o interesse de investidores internacionais na nossa economia. Esperamos concluir a venda da ANA e da TAP antes do final do ano corrente.

6. Conclusão

Fez um ano desde que assinámos o Programa de Ajustamento com os nossos parceiros internacionais. Durante este primeiro ano, apesar do agravamento do enquadramento externo, cumprimos as metas e os limites estabelecidos no Programa. Estamos a concentrar-nos no que controlamos: cumprir as obrigações que assumimos no quadro do programa de ajustamento. Esta é a nossa melhor opção. Por um lado, o programa incorpora uma estratégia equilibrada que responde aos desequilíbrios macroeconómicos e debilidades estruturais que conduziram o país à atual situação de crise. Por outro lado, os nossos parceiros internacionais têm repetidamente afirmado o seu apoio contra desenvolvimentos externos adversos desde que respeitemos as obrigações acordadas. O cumprimento do programa criará condições para o sucesso do ajustamento e lançará as bases para atingirmos um novo patamar de prosperidade.